

29 de março de 2022

Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local

4º trimestre de 2021

Renda mediana de novos contratos cresceu 8,3% e número de novos contratos aumentou 6,2%

No 4º trimestre de 2021 a renda mediana dos 23 394 novos contratos de arrendamento em Portugal atingiu 6,25 €/m². Este valor dos novos contratos de arrendamento representa um crescimento homólogo de +8,3% no país, superior ao observado no trimestre anterior (+7,6%). O número de novos contratos de arrendamento no país também registou um aumento face ao 4º trimestre de 2020 (+6,2%).

Face ao 4º trimestre de 2020, a renda mediana aumentou em 21 das 25 sub-regiões NUTS III, salientando-se com os maiores crescimentos a sub-região Região Autónoma dos Açores (+12,6%), Beira Baixa (+12,5%) e Alentejo Litoral (+10,1%). As rendas mais elevadas registaram-se na Área Metropolitana de Lisboa (9,20 €/m²), Algarve (7,07 €/m²), Área Metropolitana do Porto (6,84 €/m²) e Região Autónoma da Madeira (6,70 €/m²).

No 4º trimestre de 2021, verificou-se um aumento homólogo da renda mediana nos 24 municípios com mais de 100 mil habitantes (22 municípios no trimestre anterior). Os municípios com valores de novos contratos de arrendamento mais elevados – Lisboa (11,54 €/m²), Cascais (11,29 €/m²), Oeiras (10,21 €/m²) e Porto (9,15 €/m²) – registaram um crescimento homólogo do valor das rendas inferior ao do país (+3,9%, +7,8%, +5,5% e +7,5%, respetivamente).

O INE divulga uma nova edição das Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local com base em dados de natureza administrativa.

Neste destaque apresentam-se **resultados trimestrais** dos valores medianos das rendas de novos contratos e do número de novos contratos de arrendamento para sub-regiões NUTS III e municípios com 100 mil ou mais habitantes, atendendo ao volume significativo de observações disponíveis. Esta opção permite uma análise das dinâmicas mais recentes do mercado de arrendamento, mas condiciona a apresentação de resultados para pequenos domínios territoriais. Adicionalmente, são divulgados numa caixa apuramentos semestrais (últimos 12 meses), abrangendo todos os municípios do país e ainda as freguesias de Lisboa e do Porto, os quais **não** são diretamente comparáveis com os resultados trimestrais.

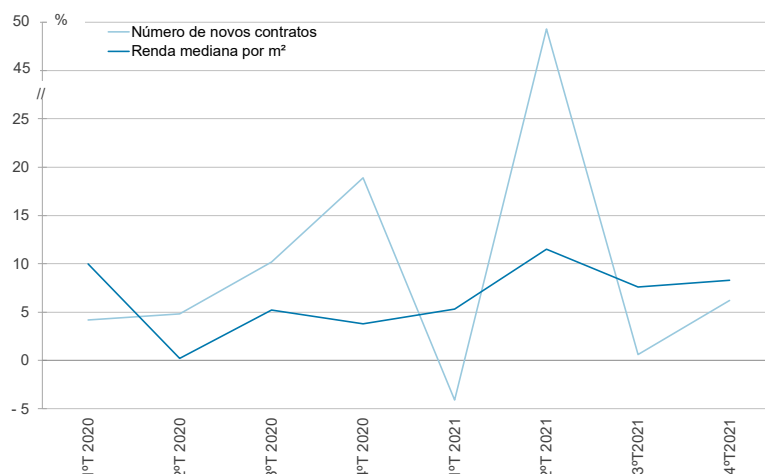
Nestas estatísticas (ver nota técnica no final do destaque), os valores publicados, salvo indicação em contrário, referem-se à **mediana** (valor que separa em duas partes iguais o conjunto ordenado das rendas por metro quadrado) das rendas de **novos contratos** de arrendamento de alojamentos familiares (€/m²).

Em www.ine.pt são disponibilizados os indicadores trimestrais desde o 1º trimestre de 2020, na opção Informação Estatística, Dados Estatísticos, Base de dados (hiperligações para os indicadores no final do destaque).

Dezoito das 25 sub-regiões NUTS III registaram aumento da atividade de arrendamento

No 4º trimestre de 2021, a renda mediana dos 23 394 novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal atingiu 6,25 €/m². Este valor representa um aumento de +8,3% face ao 4º trimestre de 2020. Relativamente ao 3º trimestre de 2021, a renda mediana do 4º trimestre de 2021 aumentou +2,6%. No 4º trimestre de 2021, o número de novos contratos de arrendamento no país foi maior que o registado no mesmo trimestre de 2020 (22 029 novos contratos), representando um aumento da atividade de arrendamento de 6,2%. Face ao trimestre anterior registou-se um decréscimo do número de novos arrendamentos de -0,1% (+13,9% no 3º trimestre).

Figura 1: Taxas de variação homóloga da renda mediana por m² e do número de novos contratos de arrendamento para Portugal entre o 1ºT 2020 e o 4ºT 2021



No 4º trimestre de 2021, 18 NUTS III registaram aumento do número de novos contratos de arrendamento face ao período homólogo e apenas 7 registaram um decréscimo – Região Autónoma da Madeira (-19,4%), Médio Tejo (-17,3%), Terras de Trás-os-Montes (-10,2%), Região Autónoma dos Açores (-9,8%), Alentejo Central (-9,3%), Beira Baixa (-7,1%) e Oeste (-2,5%). Note-se que no trimestre anterior apenas 8 NUTS III registaram aumento da atividade de arrendamento.

Face ao 3º trimestre de 2021, no 4º trimestre de 2021 a renda mediana aumentou em 17 das 25 sub-regiões NUTS III, salientando-se Alentejo Litoral e Alto Alentejo (ambos com +8,5%) e Ave (+7,7%) que registaram os maiores crescimentos. Nas 8 NUTS III do país que registaram diminuição da renda mediana por m², as reduções oscilaram entre -19,4% (Terras de Trás-os-Montes) e -0,9 (Região de Coimbra).

O valor das rendas situou-se acima do valor nacional nas sub-regiões Área Metropolitana de Lisboa (9,20 €/m²), Algarve (7,07 €/m²), Área Metropolitana do Porto (6,84 €/m²) e Região Autónoma da Madeira (6,70 €/m²). O menor valor das rendas de novos contratos de arrendamento registou-se em Terras de Trás-os-Montes (2,12 €/m²) e no Douro (3,00 €/m²).

Figura 2: Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal e NUTS III no 3ºT 2021 e 4ºT 2021

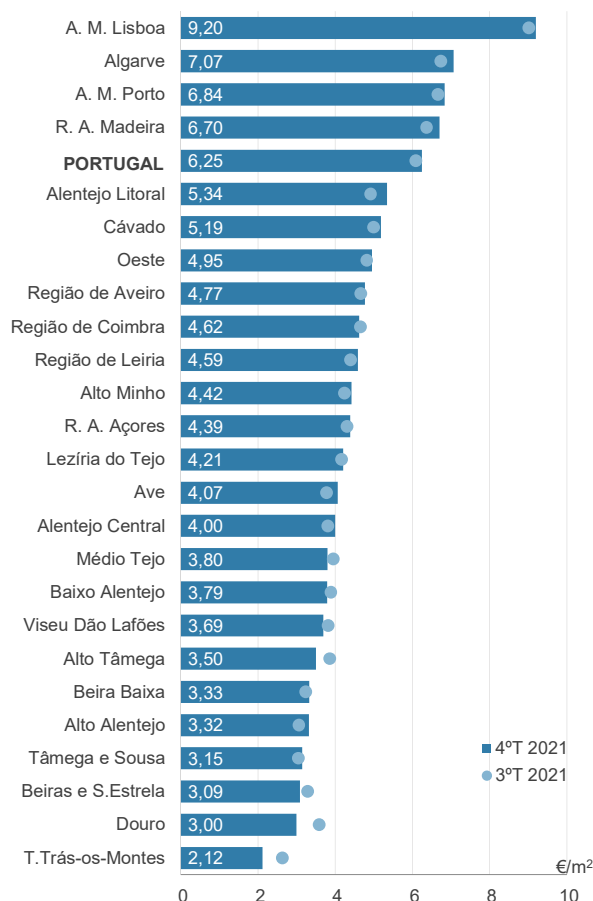
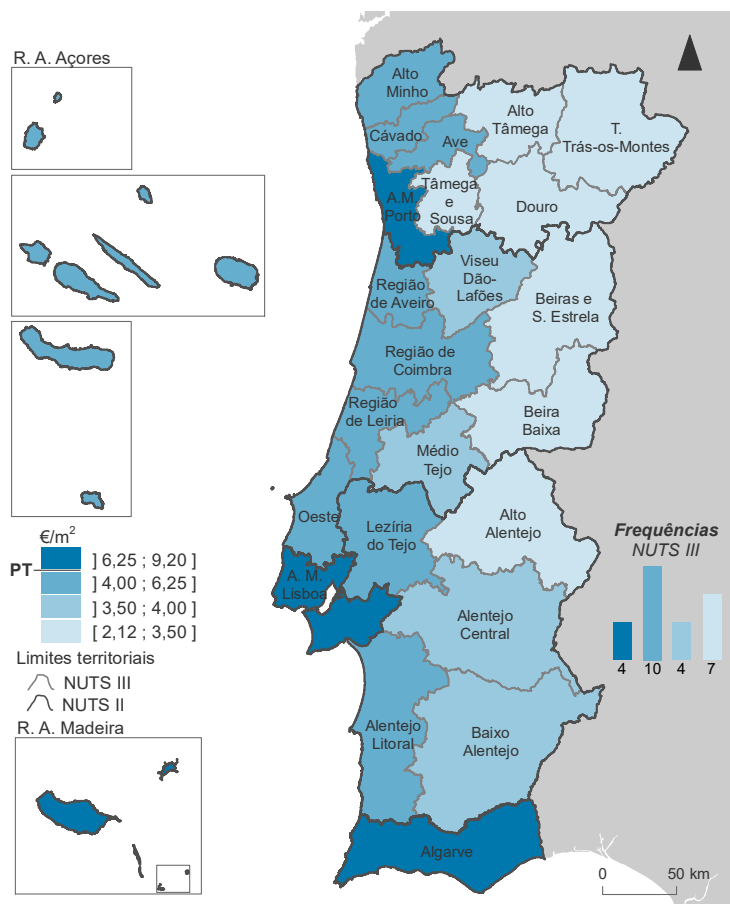


Figura 3: Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal e NUTS III no 4ºT 2021



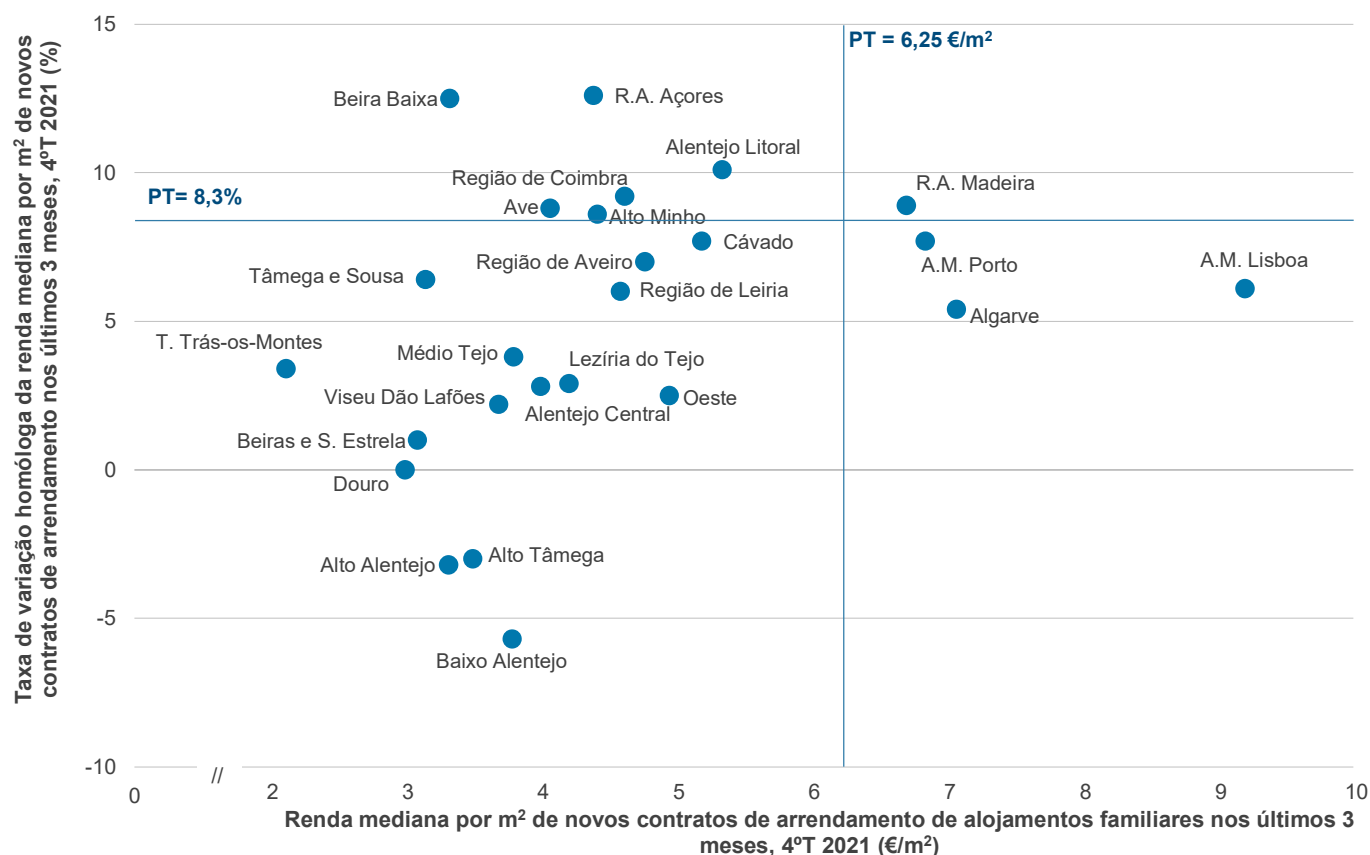
Vinte e uma das 25 sub-regiões NUTS III registaram aumento das rendas face ao período homólogo

Face ao período homólogo, no 4º trimestre 2021, a renda mediana aumentou em 21 das 25 sub-regiões NUTS III, salientando-se as sub-regiões Região Autónoma dos Açores (+12,6%), Beira Baixa (+12,5%) e Alentejo Litoral (+10,1%).

As sub-regiões Baixo Alentejo (-5,7%), Alto Alentejo (-3,2%) e Alto Tâmega (-3,0%) registaram taxas de variação homóloga negativas. O Douro apresentou uma taxa homóloga nula.

No 4º trimestre de 2021, o conjunto das sub-regiões com valores medianos de rendas superiores ao nacional – Área Metropolitana de Lisboa, Algarve, Área Metropolitana do Porto e Região Autónoma da Madeira – registaram uma variação homóloga positiva mas inferior à observada para o conjunto do país, com exceção da Região Autónoma da Madeira que registou um crescimento homólogo superior ao do país.

Figura 4: Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, e taxa de variação homóloga correspondente por NUTS III e Portugal no 4ºT 2021



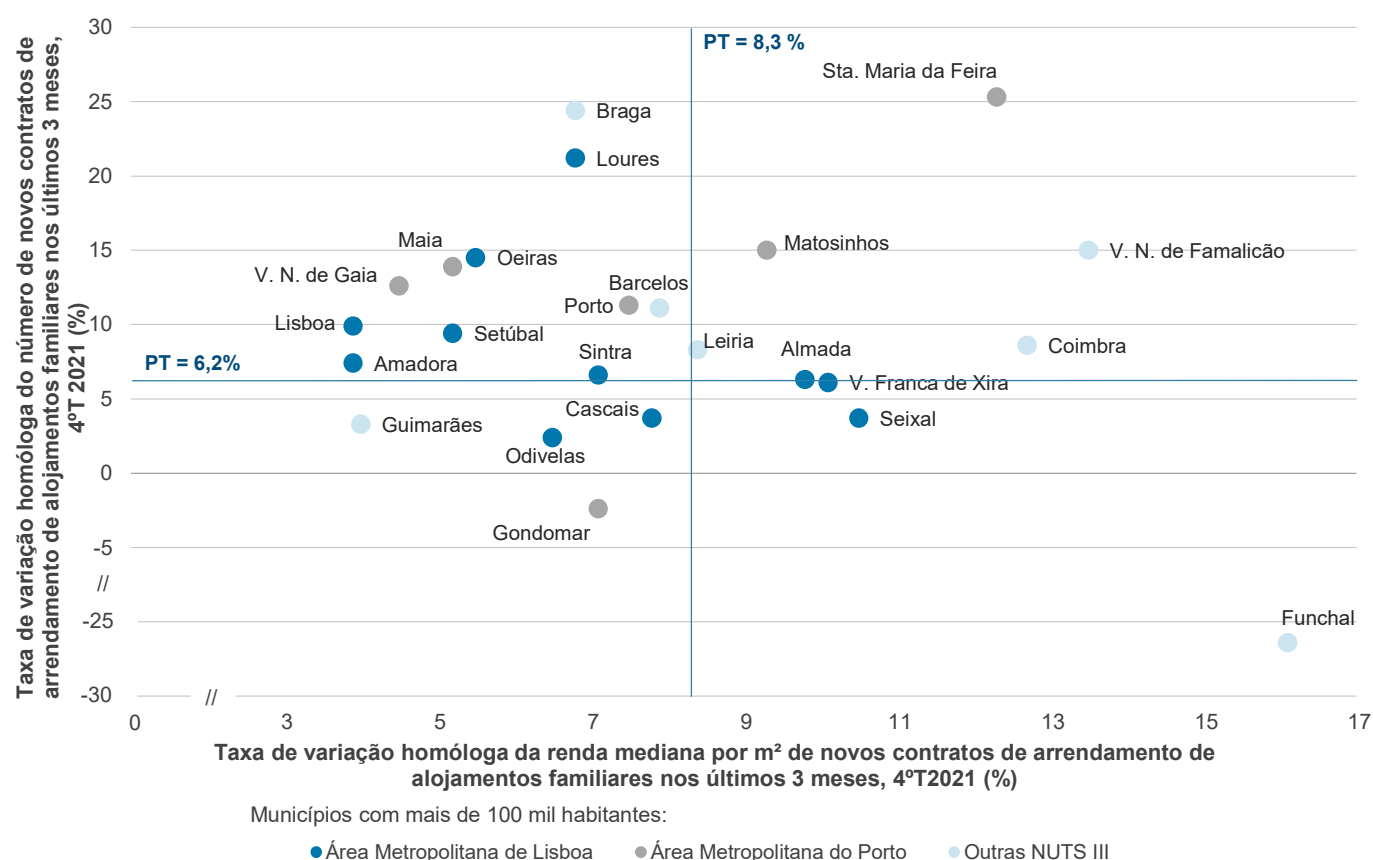
Santa Maria da Feira, Braga e Loures com crescimentos expressivos do número de novos contratos de arrendamento

No 4º trimestre de 2021, a renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento aumentou nos 24 municípios com mais de 100 mil habitantes (22 no trimestre anterior). Destacaram-se com os maiores crescimentos homólogos Funchal (+16,1%), Vila Nova de Famalicão (+13,5%), Coimbra (+12,7%), e Santa Maria da Feira (+12,3%).

Funchal registou, em simultâneo, a maior taxa de variação homóloga da renda mediana por m² e a menor taxa homóloga do número de novos contratos de arrendamento (-26,4%).

Para além do Funchal, apenas Gondomar registou também um decréscimo do número de novos contratos (-2,4%). Assim, 22 municípios com mais de 100 mil habitantes apresentaram crescimento do número novos contratos de arrendamento face ao período homólogo, evidenciando-se Santa Maria da Feira (25,3%), Braga (24,4%) e Loures (21,2%) com os crescimentos mais expressivos.

Figura 5: Taxas de variação homóloga da renda mediana por m² e do número de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal e Municípios com mais de 100 mil habitantes no 4ºT 2021

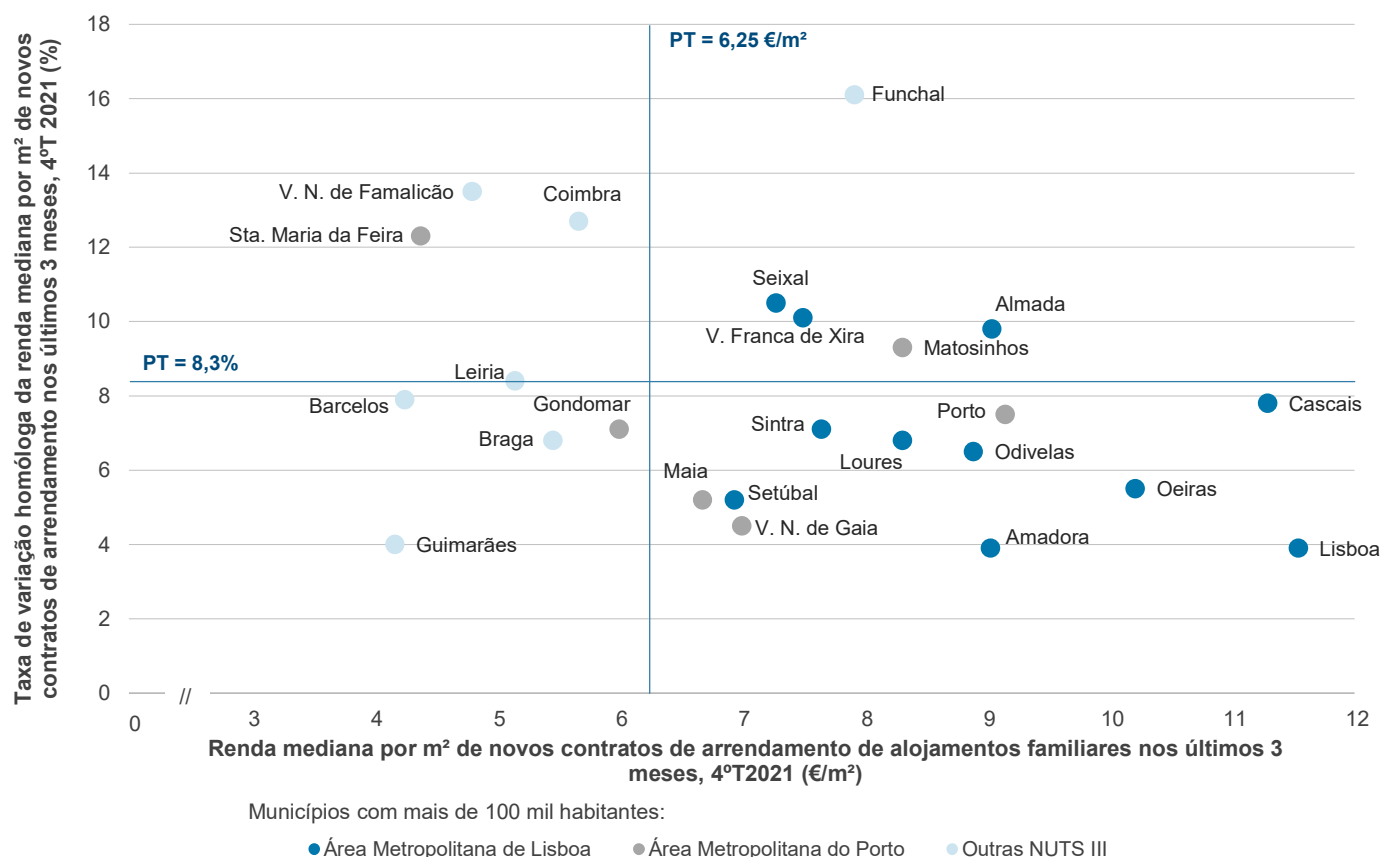


No 4º trimestre de 2021, tal como em trimestres anteriores, todos os municípios com mais de 100 mil habitantes das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, com exceção de Santa Maria da Feira (4,38 €/m²) e Gondomar (6,00 €/m²), registaram rendas medianas superiores à nacional (6,25 €/m²), mas variações homólogas diferenciadas.

Assim, destacaram-se com valores de novos contratos de arrendamento mais elevados e aumento homólogo do valor das rendas inferior ao do país (+8,3%), os municípios de Lisboa (11,54 €/m² e +3,9%), Cascais (11,29 €/m² e +7,8%), Oeiras (10,21 €/m² e +5,5%) e Porto (9,15 €/m² e +7,5%).

Os municípios de Almada (9,04 €/m² e +9,8%), Matosinhos (8,31 €/m² e +9,3%), Funchal (7,92 €/m² e +16,1%), Vila Franca de Xira (7,50 €/m² e +10,1%), e Seixal (7,28 €/m² e +10,5%) evidenciaram-se por apresentar, simultaneamente, valores de arrendamento e taxas de crescimento homólogo superiores ao país. Para além daqueles municípios das áreas metropolitanas, apenas Funchal (7,92 €/m²) apresentou, simultaneamente, valor e crescimento da renda mediana superiores à nacional.

Figura 6: Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, e taxa de variação homóloga correspondente nos municípios com mais de 100 mil habitantes no 4ºT 2021



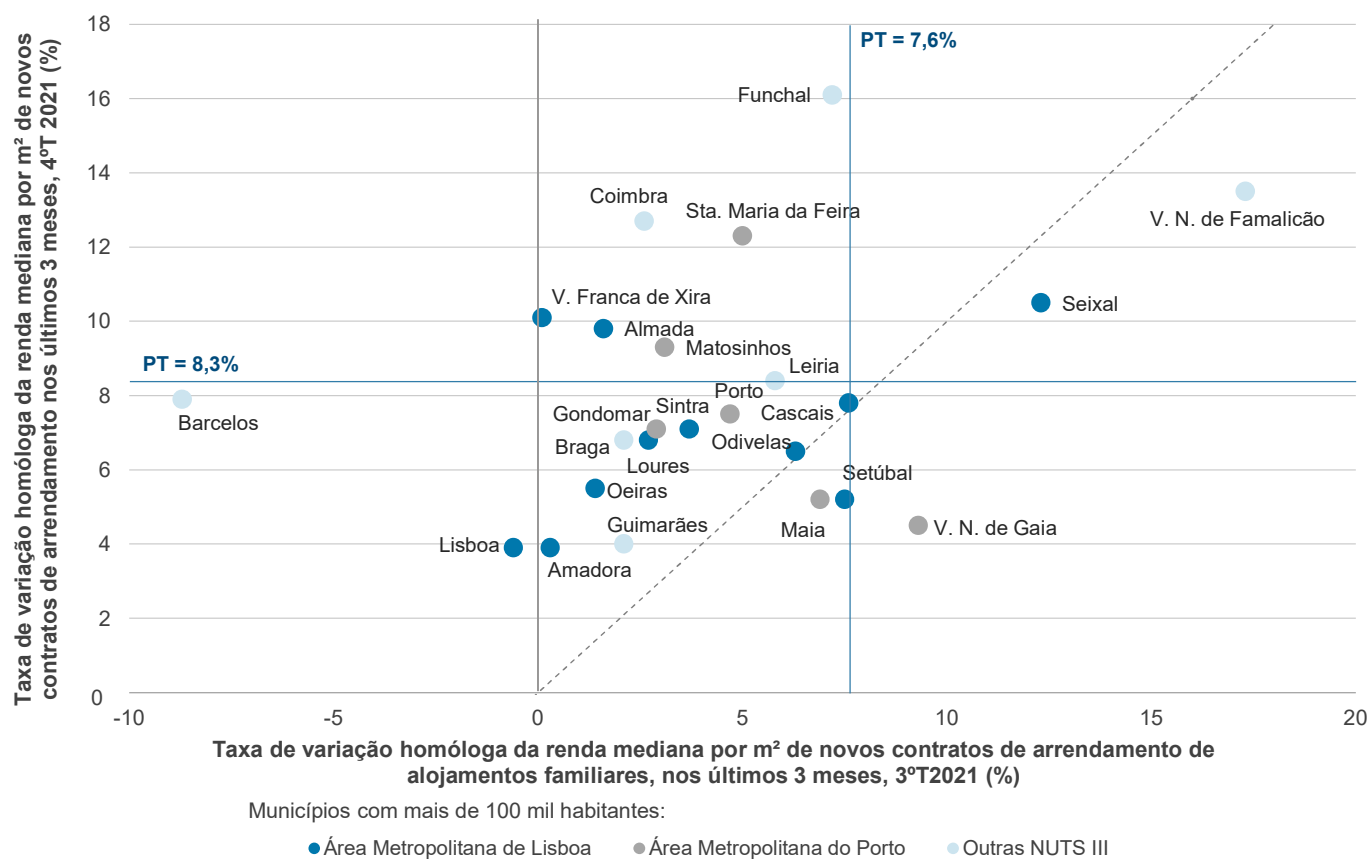
Aceleração acentuada do valor das rendas em Coimbra e Vila Franca de Xira

A figura seguinte representa a posição dos municípios com mais de 100 mil habitantes num referencial que conjuga a taxa de variação homóloga no 3º trimestre de 2021 (eixo das abcissas) e a taxa de variação homóloga no 4º trimestre de 2021 (eixo das ordenadas). A bisetritz (linha a tracejado) representa a igualdade das taxas e evidencia que, para 5 dos 24 municípios com mais de 100 mil habitantes, houve uma desaceleração das rendas medianas (municípios abaixo da bisetritz).

Por outro lado, houve subida das taxas de variação homóloga superior ao padrão nacional (+0,7 pontos percentuais) em 17 municípios: Barcelos (+16,6 p.p.), Coimbra (+10,1 p.p.), Vila Franca de Xira (+10,0 p.p.), Funchal (+8,9 p.p.), Almada (+8,2 p.p.), Santa Maria da Feira (+7,3 p.p.), Matosinhos (+6,2 p.p.), Braga (+4,7 p.p.), Lisboa (+4,5 p.p.), Gondomar (+4,2 p.p.), Loures e Oeiras (ambos com +4,1 p.p.), Amadora (+3,6 p.p.), Sintra (+3,4 p.p.), Porto (+2,8 p.p.), Leiria (+2,6 p.p.) e, Guimarães (+1,9 p.p.).

Salienta-se, contudo, que em Lisboa e Barcelos as taxas de variação homóloga passaram de negativas para positivas entre o 3º e 4º trimestres de 2021.

Figura 7: Taxas de variação homóloga da renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos municípios com mais de 100 mil habitantes e nos 3ºT 2021 e 4ºT 2021



Resultados dos últimos 12 meses terminados no 2º semestre 2021

Trinta e dois municípios registaram rendas em novos contratos de arrendamento destinados à habitação superiores ao valor nacional

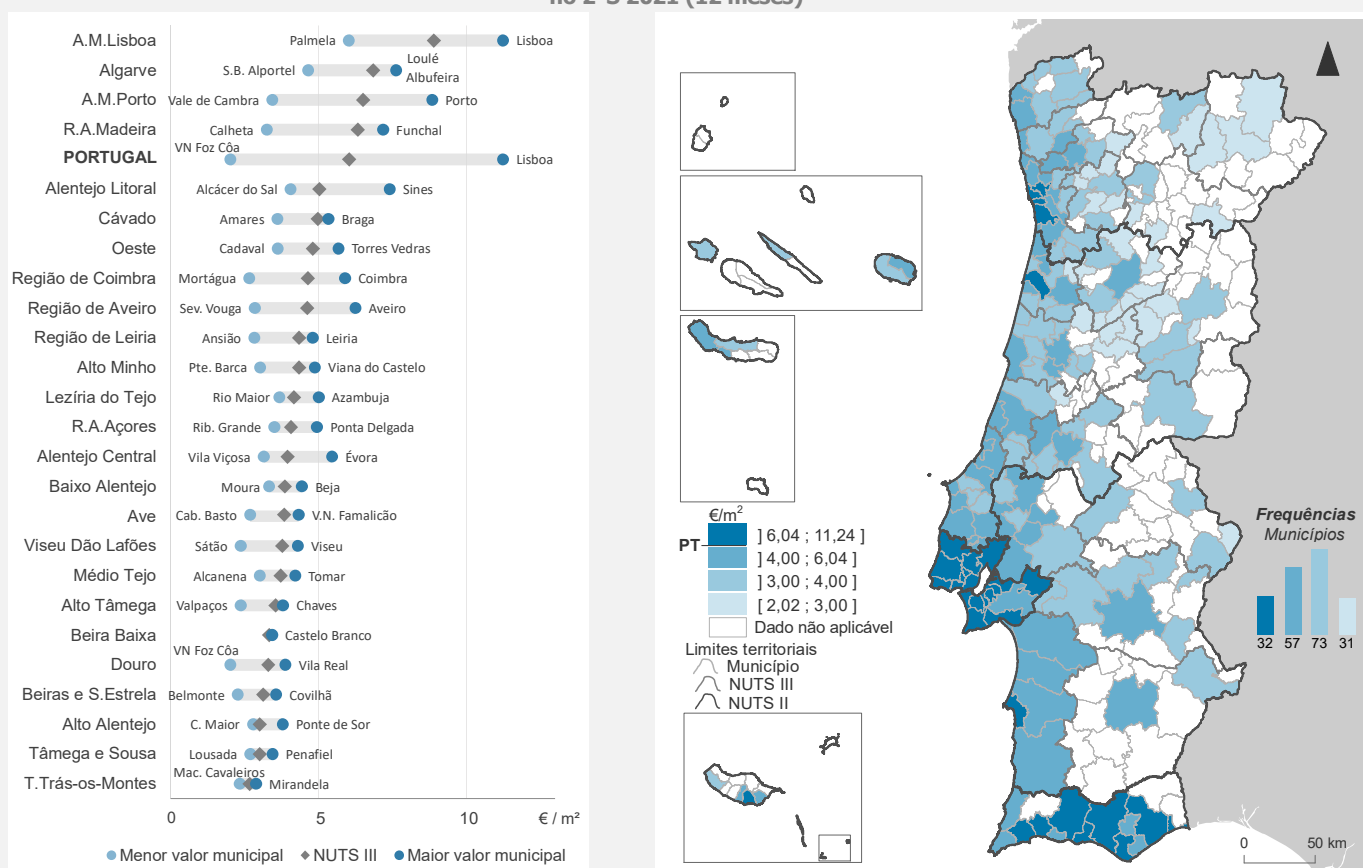
No 2º semestre de 2021 (últimos 12 meses), 32 municípios apresentaram rendas acima do valor nacional (6,04 €/m²). Lisboa apresentou o valor mais elevado (11,24 €/m²), destacando-se ainda, com valores iguais ou superiores a 7,5 €/m², Cascais (10,95 €/m²), Oeiras (10,00 €/m²), Amadora e Porto (ambos com 8,85 €/m²), Almada (8,58 €/m²), Odivelas (8,43 €/m²), Loures (7,90 €/m²), Matosinhos (7,83 €/m²), Loulé e Albufeira (ambos com 7,63 €/m²) e Lagos (7,53 €/m²).

O padrão territorial das rendas por m² de novos contratos de arrendamento destacava, com valores superiores ao do país, os municípios da Área Metropolitana de Lisboa (17 em 18 municípios), do Algarve (8 em 16) e da Área Metropolitana do Porto (4 em 17). Nas restantes NUTS III, assinalam-se, com rendas superiores ao valor nacional, os municípios de Sines (7,41 €/m²), do Funchal (7,19 €/m²) e Aveiro (6,25 €/m²).

A Área Metropolitana do Porto foi a sub-região NUTS III com maior amplitude das rendas medianas entre municípios (5,41 €/m²): o menor valor foi registado em Vale de Cambra (3,44 €/m²) e o maior no Porto (8,85 €/m²). As NUTS III Área Metropolitana de Lisboa (5,21 €/m²), Região Autónoma da Madeira (3,94 €/m²), Região de Aveiro (3,40 €/m²), Alentejo Litoral (3,35 €/m²) e Região de Coimbra (3,24 €/m²) registaram também um diferencial entre municípios superior a 3,00 €/m².

O município de Lisboa registou o maior número de contratos de arrendamento do país, 9 548 novos contratos celebrados nos últimos 12 meses, +19,8% que no período homólogo. Assinala-se ainda, com um número de novos contratos superior a 2 500, o Porto (4 536), Sintra (3 032) e Vila Nova de Gaia (2 943).

Figura 8: Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal, NUTS III e município no 2ºS 2021 (12 meses)



Nota: Os valores mínimo e máximo municipais nas NUTS III são relativos aos municípios com 33 ou mais observações.

Em Lisboa, a freguesia de Santa Clara registou a menor renda mediana e o maior crescimento homólogo da renda

No 2º semestre de 2021 (últimos 12 meses), três das 24 freguesias de Lisboa registaram valores medianos de novos contratos de arrendamento de habitação superiores ou iguais a 13,00 €/m²: Santo António (13,33 €/m²), Santa Maria Maior (13,09 €/m²) e Misericórdia (13,00 €/m²). Por outro lado, Santa Clara (8,59 €/m²) e Marvila (9,80 €/m²) apresentaram os valores mais baixos.

Neste período, 16 das 24 freguesias de Lisboa registaram taxas de variação homóloga negativas, destacando-se Carnide (-7,0%) e São Domingos de Benfica (-6,4%) com as maiores reduções.

As freguesias Santa Maria Maior, Parque das Nações, Campo de Ourique, Estrela, Belém, São Vicente, Avenidas Novas, Ajuda e Alcântara registaram, simultaneamente, rendas acima do município de Lisboa (11,24 €/m²) e taxas de variação, face ao período homólogo, superiores à verificada no município de Lisboa (-1,9%). Belém destacou-se deste conjunto, apresentando a maior taxa de variação homóloga: 5,71 %.

As freguesias de Marvila, Olivais, Areeiro, Penha de França, Carnide e São Domingos de Benfica registaram, no 2º semestre de 2021, valores de arrendamento e taxas de variação face ao período homólogo inferiores aos do município de Lisboa.

A freguesia de Santa Clara destacou-se por apresentar, simultaneamente, a menor renda mediana e o maior crescimento homólogo da renda.

No 2º semestre de 2021 (últimos 12 meses), tal como no trimestre anterior, Arroios registou o maior número de novos contratos de arrendamento (935 contratos celebrados) e Marvila o menor (89).

Figura 9: Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares e taxas de variação homóloga correspondente no município de Lisboa e suas freguesias no 2ºS 2021 (12 meses)

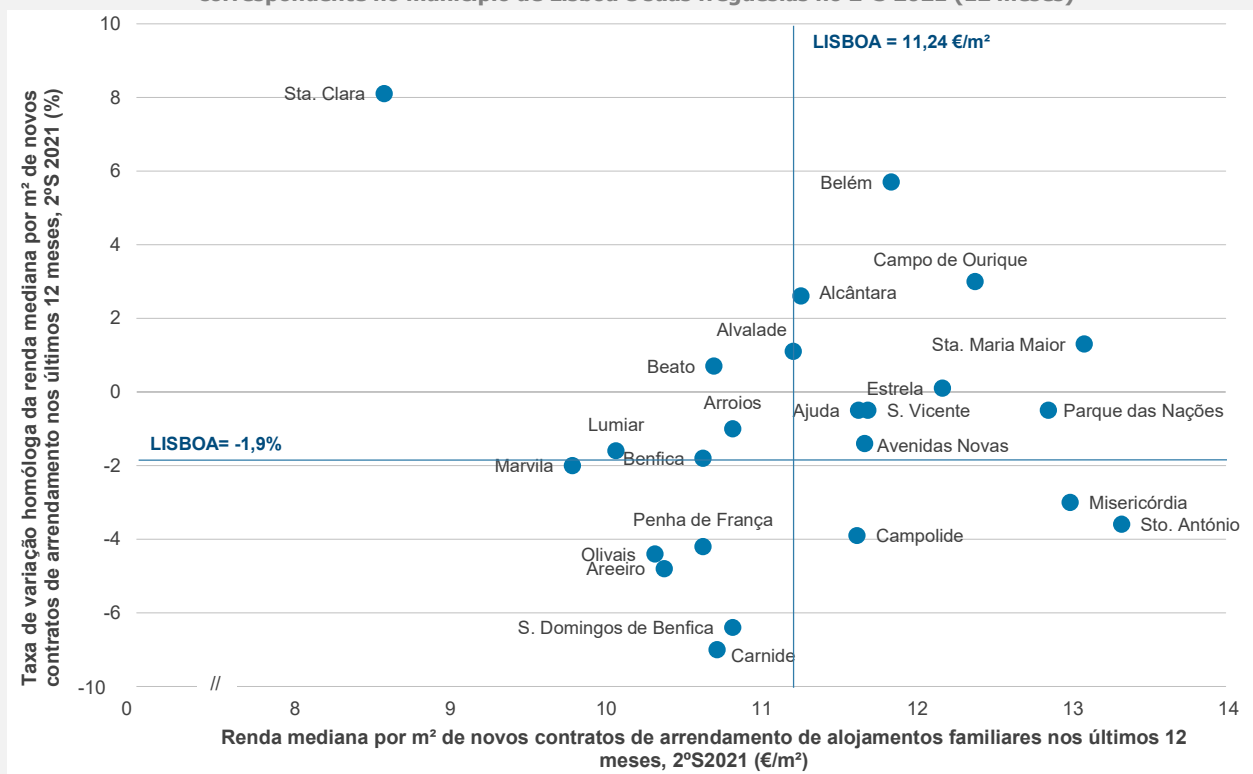


Figura 10: Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, Lisboa e freguesias, 2ºS 2021 (12 meses)

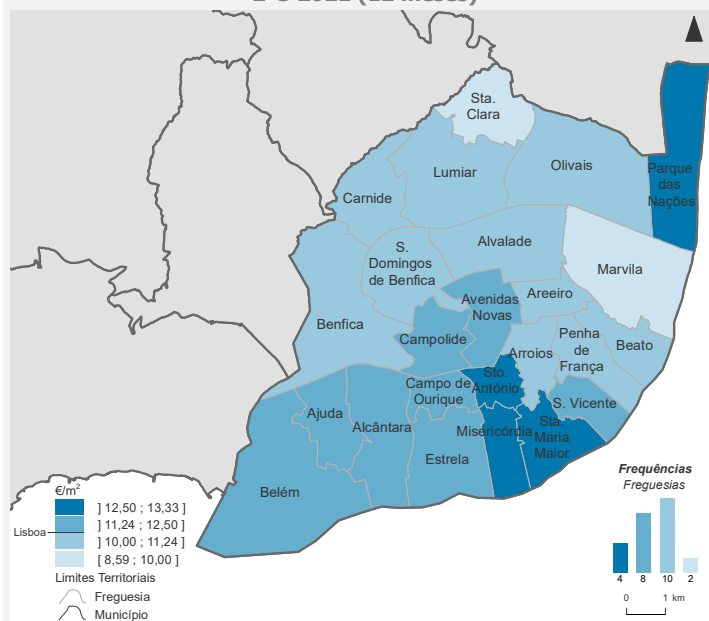
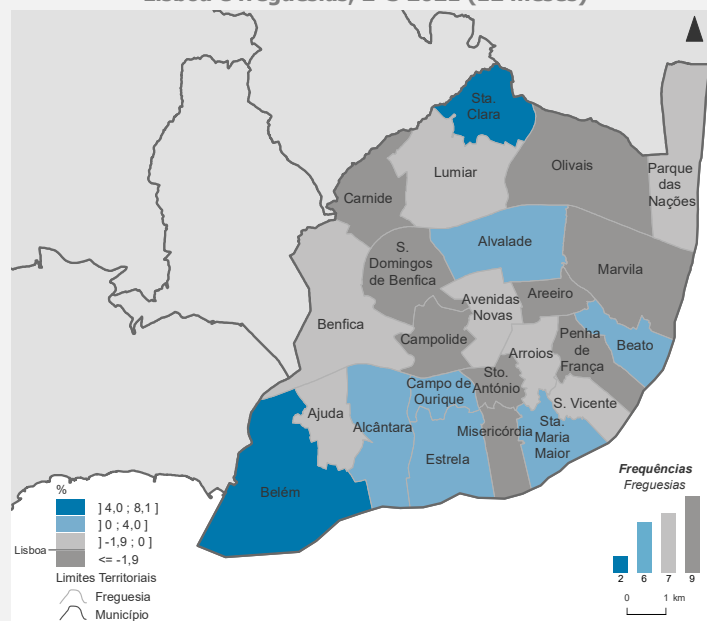


Figura 11: Taxa de variação homóloga da renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, Lisboa e freguesias, 2ºS 2021 (12 meses)



No Porto, a União de freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde registou o valor mais elevado de renda mediana (9,53 €/m²)

No 2º semestre de 2021 (últimos 12 meses), a União de freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde destacou-se por registar o valor de rendas de novos contratos mais elevado (9,53 €/m²), entre as sete freguesias do município do Porto.

Ramalde (8,18 €/m²) registou valores abaixo da renda mediana do município do Porto (8,85 €/m²) e uma taxa de variação homóloga (-2,3%) inferior à do Porto (+1,7%).

Campanhã (8,61 €/m²) e Paranhos (8,44 €/m²) registaram valores abaixo da renda mediana do município do Porto e taxas de variação homóloga (+9,4% e +3,3%, respetivamente) superiores à do Porto.

Bonfim (9,10 €/m²) e a União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (9,15 €/m²) apresentaram, simultaneamente, um valor mediano de rendas acima do valor do município do Porto e uma taxa de variação homóloga (0,2 % e -0,8%, respetivamente) inferior à verificada no Porto.

No período em análise, a União de freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (9,53 €/m²) e a União de freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (9,40 €/m²) destacaram-se por apresentarem rendas medianas e taxas de variação homóloga (+5,5% e +3,0%, respetivamente) superiores ao verificado na cidade do Porto.

No 2º semestre de 2021 (últimos 12 meses), o número de novos contratos de arrendamento nas freguesias do município do Porto variou entre 1 268 contratos celebrados na União de freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, e 231 na União das freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde.

Figura 12: Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares e taxa de variação homóloga correspondente no município do Porto e suas freguesias no 2ºS 2021 (12 meses)

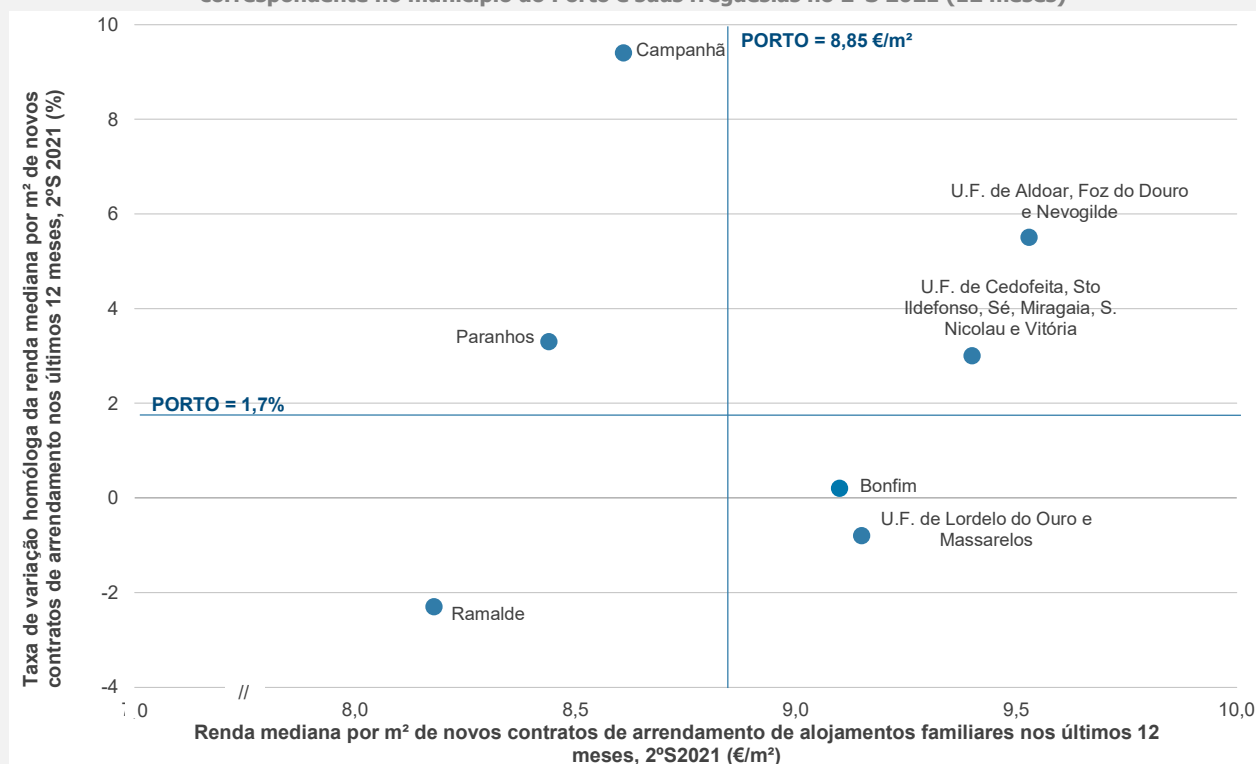


Figura 13: Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, Porto e freguesias, 2ºS 2021 (12 meses)

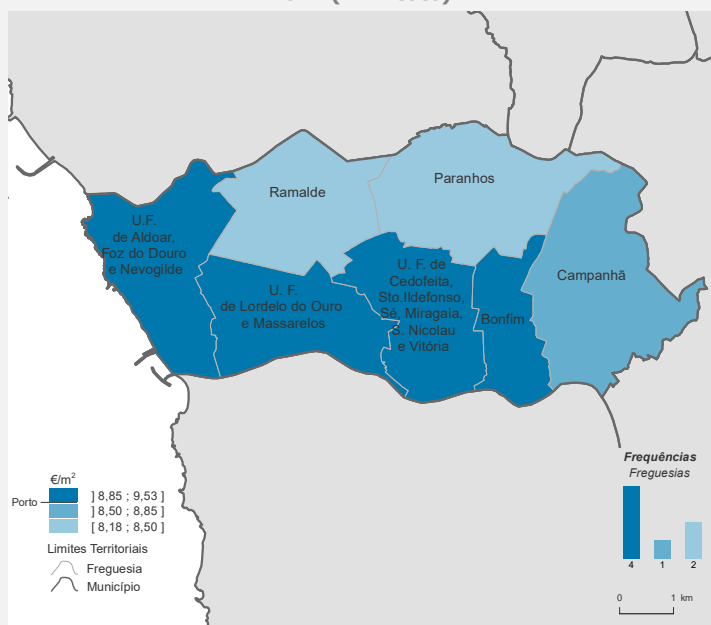
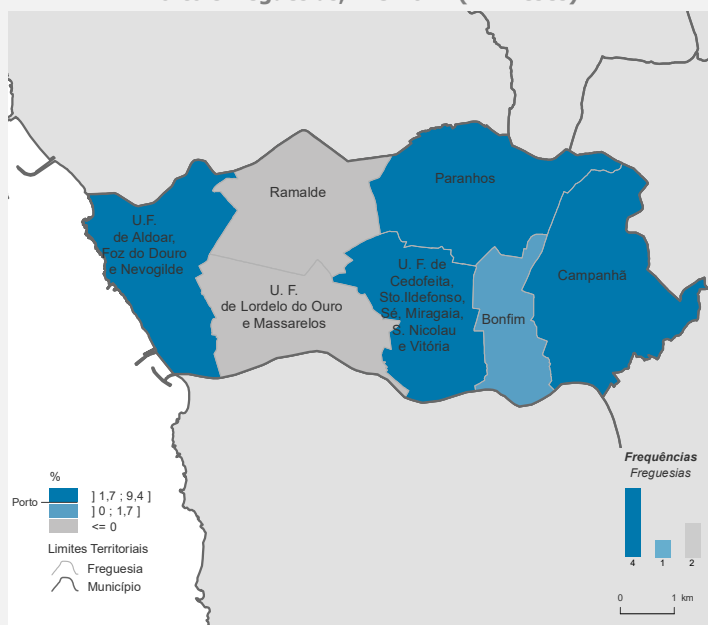


Figura 14: Taxa de variação homóloga da renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, Porto e freguesias, 2ºS 2021 (12 meses)



Nota técnica

As 'Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local' têm periodicidade trimestral e o seu âmbito geográfico é o país. A unidade estatística observada é o alojamento familiar sendo a população alvo os alojamentos familiares com novos contratos de arrendamento destinados à habitação.

As Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local resultam do aproveitamento de fontes administrativas, nomeadamente dos dados fiscais anonimizados obtidos da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), relativos à Declaração do Modelo 2 do Imposto do Selo – Comunicação de contratos de arrendamento (Modelo 2) e ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). O INE agradece a colaboração da AT para a concretização deste projeto estatístico.

O cálculo das Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local baseia-se na ligação da informação do Modelo 2 (de onde se obtém os valores das rendas de novos contratos de arrendamento) com a do IMI (de onde se retiram as características identificadoras do alojamento arrendado). A ligação entre estas duas fontes administrativas fiscais é efetuada com recurso à variável "artigo gerado".

A informação relativa ao valor dos novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares integra as declarações liquidadas do Modelo 2 referentes à comunicação de contratos de arrendamento. São utilizadas as primeiras declarações e as declarações de substituição de novos contratos de arrendamento relativos a prédios urbanos, com período de renda mensal, em que a finalidade é habitação permanente, e a afetação da respetiva informação proveniente do IMI esteja definida como "Habitação" e como "prédio urbano".

Valor mediano da renda por m² de novos contratos de arrendamento em alojamentos familiares

Valor mediano das rendas por metro quadrado de novos contratos de arrendamento para habitação com área bruta privativa entre 20 m² e 600 m² e valor da renda entre 100 € e 4 000 €.

Novos contratos de arrendamento (N.º) de alojamentos familiares

Número de novos contratos de arrendamento para habitação com área bruta privativa entre 20 m² e 600 m² e valor da renda entre 100 € e 4 000 €.

Os resultados divulgados para cada semestre correspondem à informação registada para o semestre de referência e o semestre anterior. Embora os resultados sejam divulgados semestralmente, os mesmos refletem as rendas e o número de novos contratos de arrendamento associadas ao conjunto de 12 meses, o que permite diminuir o impacto das irregularidades associadas à heterogeneidade dos imóveis arrendados sem deixar de fazer refletir a tendência de evolução do valor e do número de novos contratos de arrendamento, bem como eliminar o efeito de potenciais flutuações sazonais.

Para efeitos de apuramento de resultados destes dois indicadores considera-se, para cada estrato, um número mínimo de 33 transações.

Conceitos

Alojamento: Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência.

Alojamento familiar: Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas uma família e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.

Área bruta privativa: Superfície total medida pelo perímetro exterior e eixos das paredes ou outros elementos separadores do edifício ou da fração, incluindo varandas privativas fechadas, caves e sótãos privativos com utilização idêntica à do edifício ou da fração.

Arrendamento: Modalidade do contrato de locação. Diz-se contrato de arrendamento a locação de coisa imóvel, isto é o contrato pelo qual alguém se obriga a proporcionar a outrem o gozo temporário de coisa imóvel mediante retribuição (renda). O arrendamento pode ser rural, urbano ou misto, consoante a natureza rural ou urbana do prédio e o fim a que se destina.

Contrato de arrendamento urbano: Contrato pelo qual uma das partes concede à outra o gozo temporário de um prédio urbano, no todo ou em parte, mediante retribuição.

Imposto Municipal sobre Imóveis: Imposto municipal, de caráter regular, que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se realizam.

Prédio: Parte delimitada do solo juridicamente autónoma, abrangendo as águas, plantações, edifícios e construções de qualquer natureza nela incorporados ou assentes com caráter de permanência.

Prédio urbano: Prédio que tenha as seguintes características: esteja licenciado ou tenha como destino normal fins habitacionais, comerciais, industriais ou para serviços; seja terreno para construção situado dentro ou fora de um aglomerado urbano, para o qual tenha sido concedida licença ou autorização de operação de loteamento ou de construção, e ainda aquele que assim tenha sido declarado no título aquisitivo, excetuando-se, o terreno em que as entidades competentes vedem qualquer daquelas operações, designadamente o localizado em zonas verdes, áreas protegidas ou que, de acordo com os planos municipais de ordenamento do território, esteja afeto a espaços, infraestruturas ou a equipamentos públicos.

Renda: Prestação periódica que o inquilino (no contrato de ARRENDAMENTO) está obrigado a pagar ao senhorio.

Renda para habitação: Quantitativo devido mensalmente ao senhorio pela utilização do alojamento/fogo para fins habitacionais.

Renda do alojamento: *Vide* RENDA PARA HABITAÇÃO.

Indicadores no portal

Os resultados trimestrais para o período entre o 1º trimestre de 2020 e o 4º trimestre de 2021 estão disponíveis em www.ine.pt, na opção Informação Estatística, Dados Estatísticos, Base de dados.

Indicadores com periodicidade trimestral (1º trimestre 2020 a 4º trimestre 2021):

[Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares \(€\) por Localização geográfica \(NUTS III\); Trimestral](#)

[Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares \(N.º\) por Localização geográfica \(NUTS III\); Trimestral](#)

[Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares \(€\) por Localização geográfica \(Municípios com mais de 100 000 habitantes\); Trimestral](#)

[Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares \(N.º\) por Localização geográfica \(Municípios com mais de 100 000 habitantes\); Trimestral](#)

Os resultados semestrais para o período entre o 2º semestre de 2017 e o 2º semestre de 2021 estão disponíveis em www.ine.pt, na opção Informação Estatística, Dados Estatísticos, Base de dados.

Indicadores com periodicidade semestral, últimos 12 meses (2º semestre 2017 a 2º semestre 2021):

[Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses \(€\) por Localização geográfica; Semestral](#)

[Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses \(N.º\) por Localização geográfica; Semestral](#)

[Documento Metodológico Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local](#)